



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

EMPREENDEDORISMO FEMININO E SUA INTERFACE COM A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

*¹MENEZES, Iana Magalhães Moreira Teles de and ²SOUSA, Gleice Lacerda Queiroz

¹Estudante de Estética e Cosmética da Faculdade Independente do Nordeste-FAINOR - Vitória da Conquista, Bahia, Brasil

²Docente da Faculdade Independente do Nordeste – FAINOR- Vitória da Conquista, Bahia, Brasil

ARTICLE INFO

Article History:

Received 22nd August, 2019
Received in revised form
11th September, 2019
Accepted 16th October, 2019
Published online 30th November, 2019

Key Words:

Working Women.
Domestic violence.
Health Vulnerability

*Corresponding author:

MENEZES, Iana Magalhães Moreira Teles de

ABSTRACT

Objective: To investigate the relationship between the glass ceiling phenomenon of entrepreneurship and domestic violence, and to demonstrate how the vulnerability of the victim is related to this phenomenon. **Methodology:** observational study, with quantitative, qualitative and experimental approach; clipping of a larger umbrella project, called Women Victims of Domestic Violence - A Look at Rescuing Self-Esteem Through Aesthetic Procedures. **Results:** Despite the change in the perception of domestic violence over the years, women still suffer from the abusive cycle. Entrepreneurship is a possible motivating instrument to break the cycle of violence, with money being the most difficult to interpret. Knowledge of social entrepreneur incentive programs is of great importance to alleviate this impasse. **Final considerations:** Further investigation into the phenomenon related to domestic violence is needed, as no results were found due to low schooling.

Copyright © 2019, Josilândia do Nascimento Ferreira. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: MENEZES, Iana Magalhães Moreira Teles de and SOUSA, Gleice Lacerda Queiroz. 2019. "Empreendedorismo feminino e sua interface com a violência doméstica", *International Journal of Development Research*, 09, (11), 32102-32106.

INTRODUCTION

De acordo com Girão (2001) a partir da Revolução Industrial (1760) as mulheres ingressaram no mercado de trabalho de forma muito intensa. Isso se deu devido a necessidade de complementação da renda familiar, obrigando-as a aceitarem desempenhar tarefas penosas e mal remuneradas. Após a Primeira Guerra (1914-1918), percebeu-se a presença da mulher nos setores primário, secundário e terciário da economia, ocupando não apenas o espaço rural, mas também o da indústria e o de serviços. Mesmo exercendo atividade administrativa, não era dada a essas a possibilidade de promoção, diferente do que ocorria com os funcionários masculinos (GARDEY, 2003; AMARAL, 2012). Por outro lado, Amaral (2012) volta a dizer que a medida que a presença das trabalhadoras se tornou mais significativa no perímetro urbano e, principalmente, em regiões mais desenvolvidas, as mulheres começaram a se deparar com dificuldades em relação à conciliação entre as atividades domésticas e as profissionais. Franco (2014) afirma que elas, então, passam a aumentar seu espaço na sociedade econômica do país e sua participação no mundo dos negócios não foi apenas dentro de organizações já existentes, mas também na criação de novos negócios.

Todavia, várias questões se tornaram frequentes ao tentarem se inserir no mercado. Essas questões eram barreiras chamadas de "teto de vidro" (GIMENEZ, 2000). A expressão "teto de vidro" surgiu na década de 1980, e significa a existência de uma "barreira transparente" dentro de algumas organizações, que impossibilita as mulheres de chegarem a níveis salariais iguais aos dos homens, além de impedir que as mesmas alcancem altos cargos dentro das instituições. "Barreiras como igualdade salarial, promoção para altos cargos, flexibilidade e autonomia, começam a levar um grande número de mulheres a optarem por novas formas de conciliar suas necessidades" (MUNHOZ, 2000).

O fato de a mulher ainda ter grandes responsabilidades vinculadas ao lar e à família, faz com que ela seja cobrada e que cobre ainda mais de si, que se sobrecarregue e tenha que criar estratégias para suavizar os conflitos existentes entre estas duas importantes instâncias de suas vidas. Diferentemente do homem, que permaneceu sob a mesma lógica de priorizar sua carreira em detrimento das outras esferas de sua vida (CAPELLE *et al.*, 2006; CARVALHO NETO, TANURE, ANDRADE, 2010).

De acordo com Fillion, citado no relatório GEM (2010), 25% das mulheres acreditam que, ainda hoje, são tratadas de forma diferente pelas instituições financeiras. Uma barreira está atrelada às garantias exigidas pelas instituições financeiras, visto que, comumente as mulheres são dependentes de outros, como maridos ou outras figuras masculinas, carecendo do aval destes para viabilizar o financiamento. Porto (2002) destaca a existência de uma forte pressão por parte dos maridos no que se refere à provisão do lar, mostrando uma grande resistência nas transformações quanto às tradicionais atribuições femininas e masculinas. Em seu estudo, foi frequente o discurso das mulheres entrevistadas que fingiam ser o marido o principal provedor da família de forma a manter a crença de dependência a eles. A dependência financeira dos parceiros e a falta de apoio da família extensa e da comunidade foram relatadas pelas mulheres pesquisadas como mantenedoras de sua posição de desvalia, isolamento e submissão aos abusos sofridos (NARVAZ, KOLLER, 2004).

A análise do perfil das mulheres atendidas em dois serviços de atenção primária à saúde e em uma ONG, realizada por Garcia *et al.* (2008), revela que a predominância foi de mulheres com idade entre 18 e 39 anos, amasiadas, de diferentes profissões, mas, principalmente, com a profissão de doméstica e de dona de casa. A violência foi praticada pelo parceiro, o qual apresentou perfil socioeconômico e etário semelhante ao da vítima. O mesmo perfil profissional foi obtido na pesquisa de Lamoglia e Minayo (2009), em que 31% das mulheres agredidas não trabalhavam fora de casa, evidenciando o quanto a dependência cultural e financeira pode ser fator de risco para as situações de violência.

A Pesquisa Data Senado (2017) mostra que 32% das mulheres em situação de violência não denunciam por depender financeiramente do agressor. Isto é, empreender para essas é necessidade, pois, teoricamente, adquirindo a sua independência financeira, elas se sentem seguras, não precisando mais se submeter à situações de violência. Anteposto, este estudo apresenta como objetivo investigar a relação entre o fenômeno teto de vidro existente no empreendedorismo feminino além de demonstrar como a vulnerabilidade da mulher vítima de violência está relacionada com o fenômeno teto de vidro e a violência doméstica.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa ex-post-facto que tem por objetivo investigar possíveis relações de causa e efeito entre um determinado fato identificado pelo pesquisador e um fenômeno que ocorre posteriormente (FONSECA, 2002, p. 32). Trata-se de um estudo observacional, de delineamento transversal, analítico com abordagem quantitativa e qualitativa e experimental. É um recorte de um projeto guarda-chuva intitulado “Mulheres Vítimas De Violência Doméstica – Um Olhar Acerca Do Resgate Da Autoestima Através De Procedimentos Estéticos” aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Faculdade Independente do Nordeste – FAINOR, através do parecer consubstanciado com o número: 2.531.249, que busca desvelar as causas e consequências da violência doméstica e seus impactos na imagem que as vítimas têm de si, a partir dos discursos presentes nos relatos, depoimentos e queixas das mulheres atendidas pelo Centro de Referência Albertina Vasconcelos (CRAV) de modo a verificar como as sequelas da violência interferem em seu

corpo e determinam sua representação e a construção de sua identidade. A pesquisa trouxe novas contribuições à comunidade científica sobre a abordagem da temática “violência contra a mulher” e ressalta a importância do olhar humanizado e multidisciplinar sobre o problema. A amostra do estudo se limitou a participantes do sexo feminino, que foram atendidas pelo Centro de Referência Albertina Vasconcelos – CRAV, e tenham sofrido violência doméstica. Como critérios de exclusão foram considerados menores de 18 anos; que apresentavam alguma contra-indicação médica para realização dos procedimentos; pressão alta; ou que não aceitassem participar do estudo, e assinar o termo de consentimento. Como critérios de exclusão foram considerados menores de 18 anos; que apresentavam alguma contra-indicação médica para realização dos procedimentos; pressão alta; ou que não aceitassem participar do estudo, e assinar o termo de consentimento. Para realização da coleta primeiramente foi realizado um contato inicial com as participantes, onde explicou-se a finalidade e o objetivo da pesquisa, solicitando autorização para a coleta dos dados. Após consentimento em participar da pesquisa, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi entregue, assinada e após isso a pesquisa foi iniciada. A análise dos dados documentados (entrevistas com as colaboradoras) foi realizada pelo programa AntConc, a partir das pistas linguísticas das falas transcritas, desses roteiros. As perguntas principais para esse recorte foram “você já teve vontade de empreender/montar seu negócio em alguma área?”, “qual é a maior dificuldade para empreender?” e “você considera que se trabalhar por conta própria a libertará da situação de violência?”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Historicamente as mulheres tem se preocupado mais com sua formação profissional que os homens, por isso se destacam mais por sua diversidade e processos multifuncionais. Através do aumento da elevação dos níveis de escolaridade, as mulheres agregam as suas conquistas, uma maior qualificação, o que deveria facilitar sua entrada no mercado de trabalho e a consolidação aos padrões menos prejudiciais para as mulheres. (AZEVEDO, FERNANDES & MENEZES, 2000). Segundo D’Alonso (2008) as mulheres deixaram de estar apenas no lar e passaram a ser também operária, enfermeira, professora e mais tarde, arquiteta, juíza, motorista de ônibus, bancária entre outras das mais diversificadas profissões, ocupando um cenário que antes era masculino. Teixeira (2005), afirma que nos últimos cinquenta anos o contínuo crescimento da participação feminina no mercado de trabalho é explicado por uma combinação de fatores econômicos e culturais. “Primeiro, o avanço da industrialização que transformou a estrutura produtiva, a continuidade do processo de urbanização e a queda das taxas de fecundidade, proporcionando um aumento das possibilidades das mulheres encontrarem postos de trabalho na sociedade”. Este processo de inserção feminina no ambiente corporativo encontrou vários obstáculos, denominados “teto de vidro”. O termo surgiu em 1986, em uma matéria do *Wall Street Journal* sobre as mulheres em organizações. A reportagem buscava investigar o mundo corporativo e o acesso das mulheres em relação ao topo de suas carreiras. Desde a publicação, esta metáfora virou sinônimo de “barreiras invisíveis”, que tem por consequência manter mulheres e minorias afastadas de níveis elevados (HYMOWITZ; SCHELLHARDT, 1986; JACKSON, 2001). Coelho (2006) apresenta a existência de três modelos que justificam esse fenômeno.

Para Becker (1957), primeiro modelo, o empregador prefere contratar um homem a uma mulher, mesmo que estes tenham a mesma produtividade. Arrow (1972), segundo modelo, propõe que as mulheres são menos produtivas que os homens, o terceiro modelo de Lazer e Rosen (1990) supõe que as mulheres possuem utilidades marginais maiores do que os homens como por exemplo, cuidar dos filhos pequenos. A aparente superioridade masculina demonstrada nos modelos supracitados desempenhou um papel de sustentação da percepção social feminina no mercado de trabalho. O homem seria quem autorizava ou não a inserção da mulher visto que a ele era confiada a liderança do lar. A evolução histórica da relação homem-mulher agigantou a autoridade masculina e sustentou um fenômeno que socialmente não havia nenhuma interferência externa no que acontecia no ambiente familiar. A figura masculina esteve associada a credibilidade enquanto a mulher sempre esteve agarrada a figura de seu cônjuge o que dificultou inicialmente a expressividade da participação da mulher no ambiente corporativo. Isso pode ser explicado segundo Siqueira, (2002) como algo pautado em costumes históricos das formas dicotômica da percepção de masculino, feminino e ainda há relações de poder implícitas. Outro estudo (Guedes, 1995) ainda afirma que os termos homem e mulher possuem pesos/poderes diferentes e traz o exemplo do significado social que associa o termo mulher à reprodução.

Esse sentimento de posse e dominação foi entendido durante muito tempo, como exclusivo do casal, levando em casos mais sérios à violência conjugal (física, psicológica, patrimonial, moral e/ou sexual) que se mantinha estruturada sob os princípios da invisibilidade e da naturalização, que como diz o ditado popular “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”. As agressões aconteciam na privacidade do lar, o que levava a acreditar que era de domínio privativo e íntimo do casal. Somente a partir de 1980, a violência entre cônjuges foi assumida como uma questão social e de saúde pública, onde começou a ser estudada e debatida.

Em 1999, Walker compreendeu esse ciclo em três fases, sendo um processo cíclico, relacional e progressivo: “(1) Construção da Tensão, com o início de pequenos incidentes, ainda considerados sob controle e aceitos racionalmente; (2) Tensão Máxima: perda do controle sobre a situação e agressões levadas ao extremo; (3) Lua-de-mel: fase de reestruturação do relacionamento, na qual ficam evidentes o arrependimento, o desejo de mudança, a promessa de que nunca mais se repetirá o ato violento e o restabelecimento da relação conjugal”. As percepções sobre a violência doméstica são transmitidas de maneira intergeracional, isto é, é passado para as gerações mais próximas e pode ou não ser alterado para as outras gerações (PAIXÃO *et al.*, 2015). É perceptível que as gerações mais novas apresentam um discurso de rompimento do ciclo, demonstrando maior empoderamento quando comparadas às gerações predecessoras, sobretudo porque partilham de momentos históricos e sociais de combate à violência contra a mulher no mundo (OLIVEIRA *et al.*, 2015). Essas mudanças refletem o tempo social e político em que viveram. As mulheres da geração que vivenciaram ditadura militar brasileira com extrema submissão feminina, tiveram dificuldade de perceber a violência como algo não naturalizado. Por outro lado, “geração de transição”, conviveu com as primeiras políticas públicas que incentivavam a autonomia, o empoderamento da mulher e o rompimento do ciclo, a exemplo da Lei nº 11.340 (Lei Maria da Penha).

Por fim, a geração atual vivencia um processo de busca da liberdade feminina, eliminando todas as formas de violência à mulher (GONÇALVES, 2016). Os resultados encontrados no estudo apresentaram semelhança com o modelo de Lazer e Rosen (1990) citado anteriormente. Isso faz com que seus vínculos com as empresas sejam mais instáveis do que os dos homens. Consequentemente, as empresas têm menos incentivos para contratá-las ou alocá-las em cargos de comando. Das referenciadas na fase de coleta de dados a maioria encontrava-se em situação de desemprego ou emprego informal. Os dados também apontam que as colaboradoras da pesquisa não sofreram com esse fenômeno devido aos fatores socioeconômicos que refletiam significativamente na escolarização e por conseguinte na ausência de oportunidade de inserção em grandes corporações. A coleta apresenta que 60% das colaboradoras tinham mais de 43 anos, fator que pode dificultar a vontade de se especializarem para tentar os cargos dentro de organizações por se sentirem “velhas”. 40% estudou apenas até a 4ª série do ensino fundamental, 30% de até a 8ª do ensino fundamental, 20% até o ensino médio e somente 10% tinha especialização; esse dado mostra a impossibilidade considerável de incorporação em grandes instituições, visto que é preciso um ensino superior para elevação do cargo dentro delas. Das 10 participantes apenas uma posicionou-se afirmando a dependência financeira como fator de sustentação da relação abusiva: “Tem muita gente que depende né, tem muitas mulheres que depende financeiramente dos maridos, e aí não separa porque tem medo de perder o padrão de vida ou de tirar isso dos filhos, né?! E ficar isso pros filhos, sei lá, de passar fome, depende né, isso sim pode ser um agravante. (...) Isso pode te ajudar a sair né, que foi o meu caso, talvez se eu dependesse financeiramente dele eu tava apanhando até hoje” (18DGOa12112018); O relato colabora com o que o estudo de Marques (2005) que aponta uma pesquisa elencando alguns motivos que as mulheres alegaram para a permanência da relação abusiva: amor pelo parceiro, esperança de mudança, cuidado com os filhos, questões financeiras, valores sociais, medo da violência e compaixão para com o parceiro. Os resultados obtidos de um dos questionamentos demonstraram que as vítimas de violência doméstica, muitas vezes, se submetem a situações abusivas e humilhantes por dependência financeira. Essa independência pode ser um fator determinante para sair desse ciclo inconveniente e reprovável.

Sobre empreender como forma de libertação das 10 mulheres referenciadas, 8 responderam que acreditavam no empreendedorismo como ferramenta para romper com o ciclo de violência. Isso pode ser exemplificado a partir das seguintes assertivas: “Eu acredito que sim, porque o que eu não posso é... É ficar parada, eu não me vejo parada, porque eu tenho medo. Porque eu começo a pensar um tudo o que aconteceu e começo a me desvalorizar. O meu medo é não valorizar, que eu aprendi assim a me valorizar, né? Porque o meu marido sempre dizia pra mim, “você é burra”, “você não tem capacidade de nada” “se você me deixar, você vai morrer de fome”... Então a minha vontade é... Seguir com minhas próprias pernas, com meu próprio mérito, né? Esse é meu sonho” (17MFFSF2a25102018), “Isso pode te ajudar a sair né, que foi o meu caso, talvez se eu dependesse financeiramente dele eu tava apanhando até hoje, mas quando você tem uma independência e também tem que ter um pouquinho de força de vontade né, ajuda e tal” (18DGOa12112018). As mulheres, em sua grande maioria, sentem vontade de empreender para continuarem próximos aos filhos, se libertarem

financeiramente, além de conseguirem a inserção no mercado de trabalho. Contudo, são podadas desse objetivo por não conseguirem investir dinheiro nele. 6 das 10 colaboradoras responderam que têm vontade de montar seu próprio negócio: “ai, meu sonho! Montar alguma coisa pra mim. Minha dignidade assim, eu poder administrar a minha própria vida, porque, assim, até... quando eu tinha, até os 21 anos que eu trabalhava, era eu que administrava a minha vida, né? E depois que eu casei, é ele que administra a minha vida e isso aí deixa você, sei lá, incapacitada” (17MFFSF2a25102018). Além disso, 7 das 10 colaboradoras consideram o dinheiro como a maior dificuldade para empreender, comprovado pelas falas: “Dinheiro! Preciso de dinheiro, pra isso, qualquer passo que você vai dá, dinheiro não é tudo, mas ajuda!” (17MFFSF2a25102018).

Considerações Finais

O desenvolvimento do presente trabalho possibilitou analisar variáveis que influenciam direta ou indiretamente o empreendedorismo feminino e suas ramificações. É possível perceber que dentre os achados, a percepção da violência vem sendo alterada de geração em geração devido aos fatores socioculturais e este ciclo tem sido quebrado na geração atual, esperando sua total eliminação. Concluiu-se a partir dos resultados que o ato de empreender é um sonho/vontade de muitas mulheres que esperam por uma melhor qualidade de vida, contudo, a maior dificuldade encontrada foi o dinheiro para investir. Supõe-se que boa parte das mulheres não conhecem os programas sociais de incentivo ao empreendedor, o que possibilitaria um investimento na construção de um negócio e por consequência, independência econômica rompendo também o ciclo de violência. Por fim, verificou-se que apesar de o termo “teto de vidro” ser bastante debatido na literatura nacional e internacional, não foram encontrados resultados que relacionassem empreendedorismo feminino, teto de vidro e violência doméstica. Os resultados apresentados no presente artigo apenas apontam para o empreendedorismo como possível instrumento motivador para quebrar o ciclo abusivo. As entrevistadas não sentiram o impacto do fenômeno por conta do fator escolarização; portanto, faz-se necessário que os próximos trabalhos atenham-se também para essa problemática.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Grazielle Alves. Os desafios da inserção da mulher no mercado de trabalho. *Itinerarius Reflectionis*, v. 8, n. 2, 2012.

BRANDÃO, E.R. 2006. Renunciantes de direitos? A problemática do enfrentamento público da violência contra a mulher: o caso da delegacia da mulher. *PHYSIS: Revista Saúde Coletiva*, 16:207-231.

Bravo, M. 1994. Incesto y violación. Chile: Academia.

CARRIJO, Michelle de Castro; FERREIRA, Sara Regina Rizza. EMPREENDEDORISMO FEMININO NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE DADOS DO GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR (GEM). *Revista Empreendedorismo, Gestão e Negócios*, v. 6, n. 6, Mar. 2017, p. 200-225.

CARRILHO, Anabelle; RODRIGUES, Marlene Teixeira. Feminização do mercado de trabalho e política social: análise a partir da mineração. *Caderno Espaço Feminino*, v. 30, n. 2.

Corsi, J. (Org.). 2003. *Maltrato y abuso en el ámbito doméstico*. Buenos Aires: Paidós.

Corsi, J. 1997. *Violencia familiar: Una mirada interdisciplinaria sobre un grave problema social*. Buenos Aires: Paidós.

CORSI, J. 2003. La violencia en el contexto familiar como problema social. In: J. CORSI (ed.), *Maltrato y abuso en el ámbito doméstico*. Buenos Aires, Paidós, p. 15-40.

COSTA, D.M.; AZEVEDO, P.; SOUZA, R. Políticas públicas, empreendedorismo e mulheres: olhares que se encontram: 15. Ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2012.

FERNANDES, Mônica Aparecida. A inserção da mulher no mercado de trabalho: um estudo sob a perspectiva da psicologia. *Gestão e Conhecimento*. Poços de Caldas, 2013.

FLECHA, Marília Mariano de Lima. A inserção da mulher no mercado de trabalho: um retrato da desigualdade na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: ENCONTRO DA ANPAD, 31., 2007, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

FRANCO, Michele Maria Silva. *Empreendedorismo Feminino: Características Empreendedoras das Mulheres na Gestão das Micro e Pequenas Empresas*. Goiânia: EGEPE, 2014.

GARCIA, M.V.; RIBEIRO, L.A.; JORGE, M.T.; PEREIRA, G.R.; RESENDE, A.P. 2008. Caracterização dos casos de violência contra a mulher atendidos em três serviços na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 24:2551-2563.

Guerreiro, M., Patrício, J., Coelho, A., & Saleiro, S. 2015. *Processos de inclusão de mulheres vítimas de violência doméstica*. Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia - Instituto Universitário de Lisboa [CIES-IUL].

JONATHAN, Eva Gertrudes. *Mulheres empreendedoras: medos, conquistas e qualidade de vida*. *Psicologia em Estudo*, v. 10, n. 3, p. 373-382, 2005.

LAMOGLIA, C.V.A.; MINAYO, M.C.S. 2009. Violência conjugal, um problema social e de saúde pública: Estudo em uma delegacia do interior do Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14:595-604.

LIMA, Gustavo Simão et al. O teto de vidro das executivas brasileiras. *Revista Pretexto*, v. 14, n. 4, p. 65-80, 2018.

MARQUES, T. M. 2005. *Violência conjugal: Estudo sobre a permanência da mulher em relacionamentos abusivos*. Uberlândia, MG. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 300 p.

OLIVEIRA, D.C.; SOUZA, L. 2006. Gênero e violência conjugal concepções de psicólogos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 6:34-50

PEREIRA, Rosângela Saldanha; SANTOS, Danielle Almeida dos; BORGES, Waleska. A mulher no mercado de trabalho. *Jornada Internacional de Políticas Públicas*, v. 2, 2005.

PROBST, Elisiana Renata; RAMOS, Paulo. A evolução da mulher no mercado de trabalho. Santa Catarina: Instituto Catarinense de Pós-Graduação, p. 1-8, 2003.

RAMOS, Jéssica Suellen Barbosa Mendes; MOREIRA, Michelle Araújo. PERCEPÇÕES DE MULHERES DA MESMA FAMÍLIA E DE DIFERENTES GERAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. 2017.

Redesaúde 2001. *Saúde da mulher e direitos reprodutivos*. São Paulo: Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos.

SILVA, Keila Garcia Da. AS TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO E A INSERÇÃO

- FEMININA. Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social – UFSC, 2015.
- TEIXEIRA, Rivanda Meira; BOMFIM, Lea Cristina Silva. Empreendedorismo feminino e os desafios enfrentados pelas empreendedoras para conciliar os conflitos trabalho e família: estudo de casos múltiplos em agências de viagens. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 10, n. 1, p. 44-63, 2016.
- WALKER, L. 1999. *The Battered Woman Syndrome*. New York, Harper and Row, 338 p.
- Werba, G. C. (2002, agosto). Quero ficar no teu corpo... Violência contra o corpo da mulher. I Jornada Gênero e Corpo, PUCRS, Porto Alegre.
